



Data: 01.08.2020

Título: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Pub: **Exame**



Tipo: Revista Especializada Mensal

Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;

Supervisão
Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Área: 5530cm² / 123%

FOTO Titagem: 33.400

Cores: 4 Cores

ID: 6908927



Data: 01.08.2020

Título: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

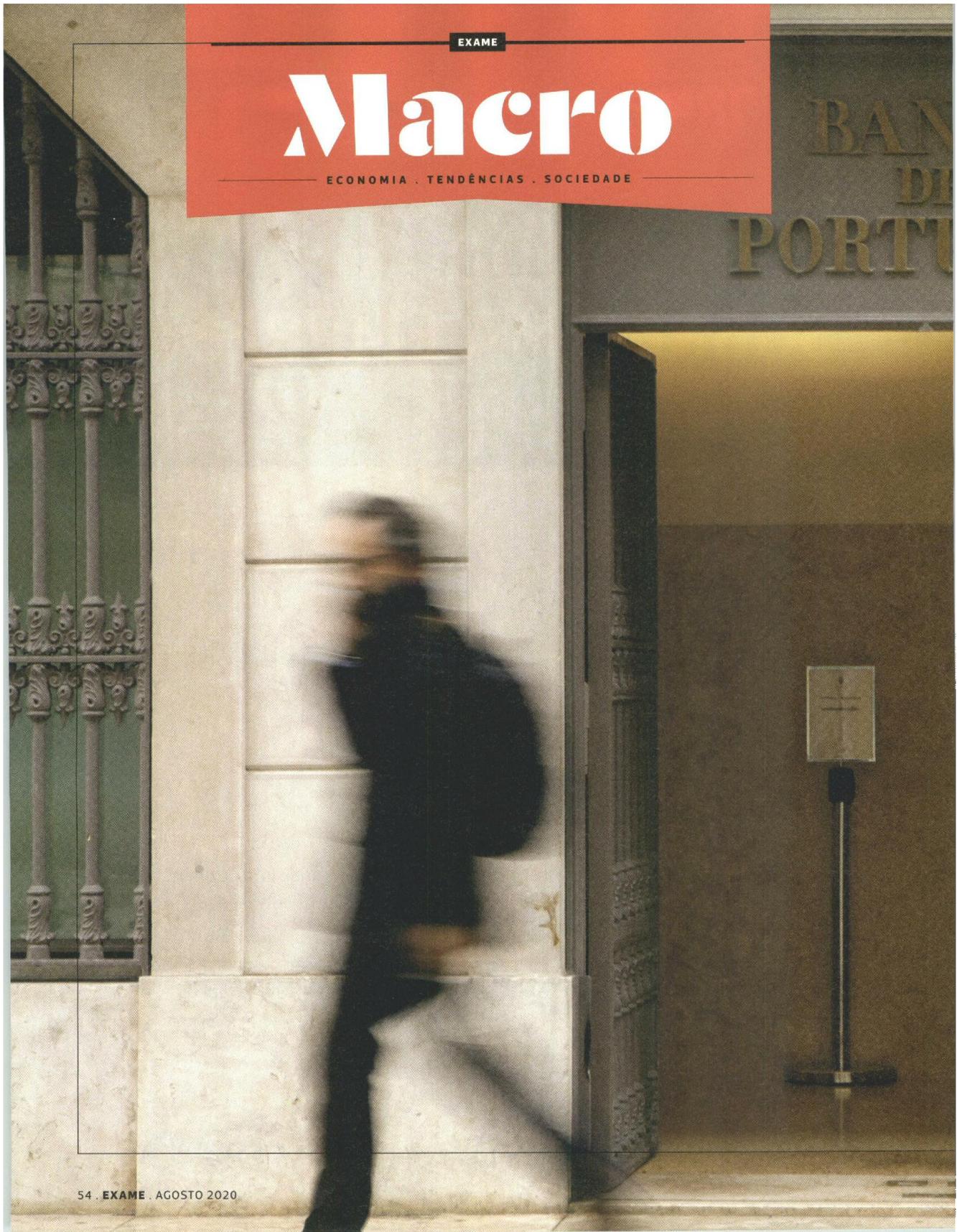
Pub: **Exame**



Tipo: Revista Especializada Mensal

Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;



54 . EXAME . AGOSTO 2020

Área: 5530cm² / 123%

FOTO Tiragem: 33.400

Cores: 4 Cores

ID: 6908927



Data: 01.08.2020

Titulo: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Pub: **Exame**



Tipo: Revista Especializada Mensal

Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;



CENTRAL. MAS QUANTO?

O novo governador já disse que o Banco de Portugal não pode estar fechado numa “torre de marfim” e quer ter uma palavra a dizer na definição de políticas nacionais. Mas o que pode – e manda – hoje um banco central nacional, quando o papel principal é do BCE?

Texto **Paulo Zacarias Gomes**

SOFIA CAETANO

AGOSTO 2020 . EXAME . 55

Área: 5530cm² / 123%

Tiragem: 33.400

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6908927



Data: 01.08.2020

Título: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Pub: **Exame**

Tipo: Revista Especializada Mensal



Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;

Nova pele

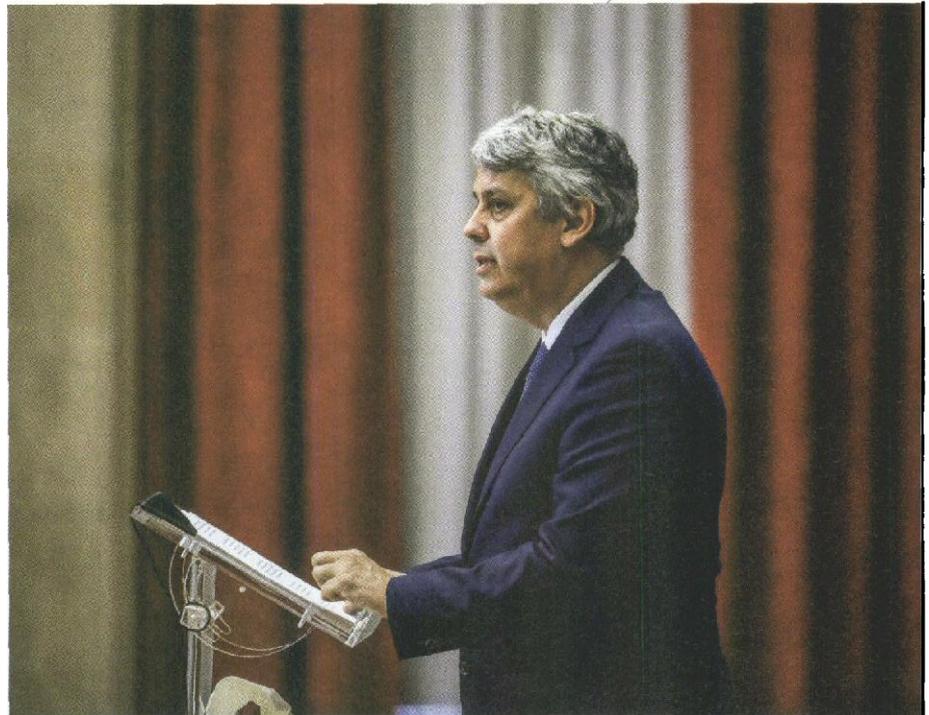
Das Finanças para banqueiro central, Mário Centeno quer o Banco de Portugal num "novo caminho" e diz que a independência "não se questiona nem se impõe"

N

Naquela quinta-feira de julho, à mesma hora que, em Frankfurt, o Banco Central Europeu (BCE) mantinha mão firme na bazuca de 1,35 biliões de euros em estímulos para enfrentar a pandemia, o Governo em Lisboa dava luz verde ao nome do novo governador do Banco de Portugal, o homem que também nos próximos cinco anos se sentará à mesa do conselho que define a política monetária da zona euro. Mas, perante o arsenal pesado de Frankfurt, que permitiu, na última década, enfrentar turbulências no sistema financeiro, seguiu a moeda única e, agora, tenta mitigar os efeitos da Covid-19, que armas terá em mãos Mário Centeno, governador de (apenas mais) um dos bancos centrais nacionais?

Se a Rua do Ouro é, hoje, uma sombra do que foi no passado - à beira do histórico edifício do Banco de Portugal, na baixa de Lisboa, são poucas as sedes dos grandes bancos portugueses que ali resistem -, o correr dos tempos também deixou as suas marcas nas funções desempenhadas pelo banco central, à semelhança do que acontecia à escala mundial (ver caixa "Papéis em mudança"). Camada por camada, a instituição que começou como banco comercial e emissor somou e cedeu competências ao longo de quase 175 anos de existência, sobretudo nas últimas décadas de integração, pontuadas por crises financeiras internacionais e pela criação - e salvação - do euro.

Na redefinição de atribuições, os bancos centrais nacionais ganharam em epítetos o que transferiram em soberania. "Antena", "braço armado" ou "sucursal qualificada" do BCE são alguns dos aplicados ao Banco de Portugal por vários interlocutores que falaram à EXAME. No day



1 252

Milhões de euros

Dividendos entregues ao Estado nos últimos dois anos pelo Banco de Portugal. O montante é semelhante ao empréstimo público máximo aprovado para a TAP

382,5

TONELADAS

Barras

Quantidade de ouro detida pelo Banco de Portugal em 2019. Valia €16 654 milhões

after dos esforços desenvolvidos em nome de uma moeda comum, com a cedência de soberania monetária ao BCE e, mais recentemente, a construção da união bancária, o papel reservado aos bancos centrais nacionais é agora, em grande parte, de estabilização e cossupervisão do setor financeiro. "A supervisão de mais de 100 grandes bancos (significativos) passou a ser feita pelo Mecanismo Único de Supervisão bancária, na qual participa o BCE, ficando os bancos centrais nacionais com a responsabilidade da supervisão das instituições de menor dimensão", nota António Afonso, professor catedrático no ISEG.

Mas nem tudo o BCE levou, e as entidades nacionais continuam a ter uma palavra a dizer na condução da política monetária. É verdade que os caminhos da moeda única são desenhados à mesa de Christine Lagarde, entre definição de juros e medidas não convencionais, mas não só o governador do Banco de Portugal e os outros 18 homólogos com assento no conselho têm voz ativa no processo, como a execução é, em boa parte, local. "Outra questão importante foi a capacidade que os principais bancos centrais ao

Área: 5530cm² / 123%

Tiragem: 33.400 FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6908927



Data: 01.08.2020

Título: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Pub: **Exame**



Tipo: Revista Especializada Mensal

Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;

PAPÉIS EM MUDANÇA

Com uma história que oscilou da subserviência à independência face aos Estados, os bancos centrais ganharam visibilidade nos últimos anos na defesa de economias em crise

Nos primeiros anos da crise económica e financeira, que testaram ao limite os alicerces sobre os quais tinha sido construída a zona euro, o economista Charles Goodhart perguntava-se no paper "The Changing Role of Central Banks" se estaríamos a entrar numa quarta fase histórica para a existência dos bancos centrais.

Para trás, estavam mais de 150 anos que aquele economista britânico dividia em três eras históricas. A primeira, que Goodhart designou vitoriana, de 1840 até ao início da I Guerra Mundial, marcada pela tentativa de "conciliar a adesão ao padrão-ouro com a manutenção da estabilidade financeira, especialmente em momentos de pânico e stress". Mais tarde, a partir do pós-Grande Depressão e dos anos 30 aos anos 60, evidenciou-se a "subserviência" destas estruturas aos governos. Do início da década de 1980 até às vésperas da queda do Lehman Brothers, as décadas de acelerada liberalização e globalização criaram a terceira fase, que define como "o triunfo dos mercados". Pelo meio, dois interregnos - 1914-1933 (toda a I Grande Guerra e o insucesso em restabelecer o padrão-ouro) e década de 1970, em que

o funcionamento dos bancos centrais oscilou entre a subserviência das políticas monetárias de controlo governativo e um sistema de mercado livre.

Fundado em 1846 no reinado de D. Maria II, partindo da fusão do Banco de Lisboa e da Companhia Confiança, o Banco de Portugal atravessou coincidentemente todas essas fases. E viu evoluir as suas competências nessa medida. Banco comercial e emissor, em 1891 obtém o privilégio exclusivo de emissão de notas e torna-se banqueiro do Estado e caixa geral do Tesouro. Deposta a monarquia e passados os conturbados anos da I República, passa a assegurar nos alvares do Estado Novo - a partir de 1931 - a estabilidade do valor da moeda, a regular a circulação monetária e a distribuição do crédito. Aumentou a dependência administrativa em relação ao governo, mas viu limitada a capacidade de financiamento do Estado, de acordo com a cronologia disponibilizada pelo Banco de Portugal. Nos anos 60, as competências inscritas são as de banco emissor, central e de reserva, de coordenação da circulação monetária com as necessidades da atividade económica, além de regular o funcionamento

do mercado monetário, assegurar as liquidações das operações cambiais da economia portuguesa. Atuava ainda como prestamista de última instância do sistema bancário.

Banco maioritariamente privado ao longo da sua existência, é nacionalizado a partir de 1974, no pós-revolução. No ano seguinte, são-lhe designadas funções de banco central da República Portuguesa e banqueiro do Estado, além de consultor do governo no domínio financeiro e orientador e controlador da política monetária e financeira. Gere as disponibilidades externas do País e é intermediário nas relações monetárias internacionais, para lá de supervisionar o sistema bancário.

Algumas das maiores transformações ocorrem nos anos 90, quando se preparava a adesão de Portugal à moeda única. A partir do final da década, integra o Eurosistema e cede a responsabilidade pela política monetária ao BCE, mantendo-se como executor local. Continua incumbido de velar pela estabilidade do sistema financeiro nacional (com o BCE) e de aconselhar o governo em termos económicos e financeiros, além de produzir conhecimento económico.



Antes de 2008 e da crise das dívidas soberanas, os governadores tinham uma vida tranquila. Fazia lembrar um ministro do Comércio, de que só se falava quando havia ruturas de abastecimento ou aumento dos preços"

António Bagão Félix

Economista, ex-ministro da Segurança Social e das Finanças

nível mundial tiveram para levar a cabo compras de ativos financeiros em mercado secundário, ou seja, aquilo que se denominou medidas não convencionais de política monetária (*quantitative easing*)," acrescenta António Afonso.

Uma componente com peso nas contas anuais do banco. Um terço dos 160 mil milhões de euros registados no balanço no final do ano passado dizia respeito a ativos comprados ao abrigo de programas do Eurosistema, maioritariamente dívida soberana. Em 2019, os juros dos títulos detidos para fins de política monetária ajudaram a gerar lucros de 759 milhões de euros ao banco. E, só nos últimos dois anos, os resultados positivos permitiram distribuir ao Estado um total de 1 252 milhões de euros em dividendos - valor que pagava, por exemplo, o recente empréstimo público feito à TAP. Uma máquina de fazer dinheiro num duplo sentido, não fizesse também parte das responsabilidades do Banco de Portugal a emissão de notas e a colocação em circulação de moeda metálica.

Área: 5530cm² / 123%

FOTO: JOSÉ SENA BOULÃO / LUSA

Tiragem: 33.400

FOTO: 4 Cores

ID: 6908927



Data: 01.08.2020

Título: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Pub: **Exame**



Tipo: Revista Especializada Mensal

Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;

O QUE ESPERA CENTENO?

Os desafios que o novo governador deverá encontrar no regresso à casa onde entrou pela primeira vez em 1993

> DIGITALIZAÇÃO DA BANCA

É um movimento imparável e que ganhou um impulso acrescido com a pandemia. Em particular, aumenta a pressão para que os bancos centrais se preparem para a próxima etapa de desmaterialização do dinheiro através de divisas virtuais.

> RENTABILIDADE DO SETOR

Continua a ser um dos maiores desafios da banca, confrontada com o ciclo prolongado de baixas taxas de juro. A par do esforço a que está (e continuará) a ser sujeito, por causa dos efeitos negativos inéditos e imprevisíveis da pandemia na economia mundial.

> INFLUÊNCIA NO BCE

Com meses de perspetivas negras pela frente e a inflação distante dos objetivos do mandato, Centeno prometeu "participar e influenciar a política económica europeia em prol do crescimento da área do euro, inclusivo e estável".

> REFORMA DA SUPERVISÃO

Continua por implementar a proposta do Governo, que propunha retirar parte dos poderes neste âmbito ao Banco de Portugal (BdP). Na audição no Parlamento, Centeno disse ser importante alterar o relacionamento

entre supervisores para evitar situações do passado.

> GARANTIR AUTONOMIA E EVITAR CONFLITOS DE INTERESSE

A ligação ao Governo que integrou durante cinco anos estará em foco, depois de Centeno ter criticado "antagonismos" e "isolacionismos" do BdP na relação com o executivo e ter-se disponibilizado para contribuir para uma estratégia nacional para o sistema financeiro.

> NOVO BANCO

Após ter integrado o Governo que autorizou empréstimos

públicos ao sucessor do BES e que trabalhou "em estreita colaboração" nas negociações para a entrada da Lone Star, vai agora liderar a instituição que, além de supervisionar o setor, ocupa também a presidência do Fundo de Resolução, mecanismo responsável pelas injeções no Novo Banco.

> ABRIR O BANCO À COMUNIDADE

Além dos estudos económicos e de acompanhamento da economia portuguesa, o banco central produz informação estatística e contribui para a literacia financeira, esforços em que o novo governador querará apostar.

UM "NOVO CAMINHO"

Mas os últimos anos foram tudo menos simples para as autoridades financeiras. Os mandatos de Carlos Costa, em particular, coincidiram com as crises económica, financeira e das dívidas soberanas, o resgate da Troika, a criação da união bancária (a que ainda falta juntar o sistema europeu de garantia de depósitos), a crescente digitalização do setor financeiro e dos pagamentos, materializada nas fintech. Cá dentro, anos marcados pelo socorro, reforço da solidez e consolidação do setor bancário. E, sobretudo, pela sombra das medidas de resolução - a do Banif mas, em particular, a do BES, que seis anos depois ainda faz correr tinta, a merecer sucessivas injeções do Fundo de Resolução no Novo Banco.

Lançados os primeiros esforços de combate à pandemia, ao pacote bilionário do BCE o Banco de Portugal juntou a aplicação local de medidas como a flexibilização de exigência de reservas aos bancos e a sensibilização para a não distribuição de dividendos, a supervisão das moratórias do crédito, a monitorização semanal da economia (uma parceria com o INE) ou o



Se os nossos recursos limitados não permitem estar à frente em todos os debates, então que se especialize no papel do balanço do banco central ou na transição digital"

Ricardo Reis
Professor na London School of Economics

estímulo ao uso dos pagamentos eletrónicos. O novo ciclo do banco deverá continuar marcado pela resposta aos efeitos da Covid-19, mas com um caderno de encargos já exposto pelo novo governador: uma supervisão eficiente na era da digitalização, a participação e influência na política monetária europeia e sua revisão estratégica, uma política macroprudencial que evite a acumulação de riscos sistémicos e a credibilização da resolução bancária.

No estilo, a julgar pelo que o novo governador disse no Parlamento e na tomada de posse, o que aí vem sob o seu comando será seguramente diferente dos dez anos do seu antecessor. No "novo caminho", prometeu um Banco de Portugal de ação, aberto à comunidade e sem estar trancado na "torre de marfim", que colaborará ativamente na definição de políticas nacionais, sem antagonismos e isolacionismos. Com um papel complementar do Governo, dos outros reguladores financeiros e do sistema científico. E essa é uma questão de fundo - e polémica: até onde deverá ir a colaboração estratégica com as políticas nacionais, sem que isso ponha em causa a independência do banco



Data: 01.08.2020

Título: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Pub: **Exame**

Tipo: Revista Especializada Mensal



Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;

Articulação

O Banco Central Europeu, presidido por Christine Lagarde, complementa competências de supervisão com os bancos centrais nacionais, que são também instrumentais na aplicação da política monetária



THOMAS LOHNESE/GETTY IMAGES

central, nomeadamente face ao Governo?

“Há um dever de colaboração, mas separação clara de funções”, distingue António Nogueira Leite. Para o economista e professor catedrático da Nova SBE, o Banco de Portugal “não deve confundir-se com a política do Governo”. Colaborar prestando informação e partilhando conhecimento, sim, mas não mais que isso. “Não se deve deixar – e não o tem feito com nenhum dos governadores – enredar nessa relação”, alerta. Já o atual governador diz que a independência, estatuto que “não se questiona nem se impõe”, não impede o Banco de Portugal “de ter uma estratégia clara, nacional e coerente com a estabilidade financeira do País”.

Há cerca de dois anos, quando começava a perspetivar-se a retirada de estímulos e o regresso a alguma normalidade nas políticas monetárias, Lucrezia Reichlin dava conta de uma mudança no perfil de liderança dos bancos centrais, “no sentido de perfis mais políticos, o que reflete o facto de os bancos centrais terem expandido o seu campo e a sua atuação e, por isso mesmo, a complexidade do seu processo de tomada de decisão”. Algo a

1,35

Bilhões de euros

Montante do programa de compra de dívida posto em prática pelo Banco Central Europeu para combater a crise do novo coronavírus

€160 000
MILHÕES

Balanco do Banco de Portugal no final do ano passado. Um terço dizia respeito a ativos comprados ao abrigo de programas do Eurosistema, maioritariamente dívida

que a especialista, professora da London Business School, dizia à EXAME ser preciso estar atento, “uma vez que pode afetar a sua independência”. E a ida direta de um ministro das Finanças para a liderança do banco central compromete essa independência?

Para António Bagão Félix, antigo ministro das Finanças, a questão que se coloca não é de legalidade da transferência nem de competências, que reconhece em Centeno, mas sim ética. “Desse ponto de vista, não faz muito sentido um ministro das Finanças passar de um lado para o outro. Pode gerar conflitos de interesses entre quem esteve primeiro como legislador e agora como executor. Não é terceiro-mundista, mas quase”, afirma o economista sobre o processo de nomeação do novo governador.

Centeno bem puxou dos galões do currículo e garantiu que tudo fará para usar essa experiência, incluindo em cargos internacionais, para defender o euro junto do BCE. Mas ter sido durante dois anos e meio presidente do Eurogrupo não deverá, por si só, abrir todas as portas. “O Dr. Mário Centeno tem um prestígio importante na Europa. Mas, no fim do dia, será sempre um governador importante de um banco central de um país fraco. Será o Banco de Portugal, não será o Banco de Espanha, o Banco de França ou o Bundesbank”, analisa António Nogueira Leite. “Há uns bancos centrais mais iguais do que outros”, acrescenta António Bagão Félix.

A RELAÇÃO COM OS GOVERNOS

Tal como acontece agora com Centeno, Bagão Félix é dos poucos que terão estado dos dois lados do tabuleiro no espaço de uma década: foi vice-governador do Banco de Portugal em 1994 e ministro das Finanças em 2004. Nota “claras diferenças” entre os dois momentos e de então para cá. Nos anos 90, “o BdP tinha estatuto de autonomia, mas na independência era, em tese, diferente de hoje”, recorda à EXAME. Só isso permitiu que, por discordar do governo no caso Totta-Banesto, na tentativa de controlo do Totta&Açores pelo banco espanhol, ele tenha sido exonerado em 1994. “Hoje, não seria possível [essa exoneração], a menos que fosse por uma falha muito grave”, defende.

Área: 5530cm² / 123%

Tiragem: 33.400 FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6908927



Data: 01.08.2020

Título: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Pub: **Exame**



Tipo: Revista Especializada Mensal

Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;

ANTES E DEPOIS

O Banco de Portugal que Carlos Costa recebeu e o que Mário Centeno encontra

2009 2019

Trabalhadores
1713 1778

Gastos com pessoal
€118 milhões €138,5 milhões

Remuneração órgãos de gestão e fiscalização
€1,43 milhões €1,34 milhões

Ativo líquido
€62 milhões €160 milhões

Valor reserva ouro
€9 425 milhões €16 654 milhões

Resultado líquido
€254 milhões €759 milhões

Dividendos pagos ao Estado
€203 milhões €607 milhões

FONTE: BANCO DE PORTUGAL

A VISÃO dessa semana de junho de 1994 conta que, na saída de Bagão Félix e do governador, Miguel Beza, afastado ao fim de dois anos, pesou o descontentamento do PSD da altura – “para ganhar as eleições legislativas de 1995, o poder financeiro não podia continuar a controlar o poder político”, escrevia-se – e de Eduardo Catroga, então ministro das Finanças, alegadamente incomodado com o “excesso de independência” de Beza. Reparos que seriam impensáveis em 2004, quando, enquanto ministro das Finanças de Santana Lopes, Bagão Félix lidou com o governador Vítor Constâncio. Nessa época, o quadro era muito diferente e mais blindado. “Aí, já estávamos em plena moeda única”, justifica Bagão Félix. António Nogueira Leite lembra outro episódio de relacionamento com o Banco de Portugal, mais no final dos anos 90, quando era secretário de Estado do Orçamento e Finanças. Enquanto representante do acionista Estado, tentou obter uma informação concreta sobre a Caixa Geral de Depósitos. Escudado no estatuto de in-

dependência, o banco pouca colaboração prestou. “Admito que hoje não se mantinha assim. A questão da supervisão evoluiu muito”, relembra.

De facto, as fragilidades demonstradas pelo setor financeiro depois da crise de 2008/2009 foram o choque com a parede que obrigou a robustecer estas funções. A complexidade não só puxou as autoridades nacionais e supranacionais para a ribalta – ainda na sua tomada de posse, Mário Centeno notava o enorme “impacto e visibilidade” que podem gerar as falhas do Banco de Portugal –, como, para travar futuros contágios de crises financeiras à estabilidade da moeda única, obrigou a lançar os alicerces da união bancária e a partilhar responsabilidades de supervisão e resolução com as instâncias do BCE.

“Antes de 2008 e da crise das dívidas soberanas, os governadores tinham uma vida tranquila. Fazia lembrar um ministro do Comércio, de que só se falava quando havia ruturas de abastecimento ou aumento dos preços”, expõe Bagão Félix. “Alguns governadores tiveram mais afazeres depois, a explicar o que se passou durante o seu mandato, do que propriamente no mandato”, acrescenta.

ESCOLA DE QUADROS

Por esses anos, se batéssemos à porta do Departamento de Estudos Económicos do banco, o mais provável é que fosse Mário Centeno a abrir. Teve o primeiro contacto com o banco central em 1993, saiu para prosseguir estudos, voltou em 2000 e ficou até 2015, quando, já consultor da administração, foi escolhido por António Costa para coordenar o programa económico do PS e, depois, para liderar as Finanças. Está longe de ter sido caso único: nas últimas décadas, o banco funcionou como uma espécie de viveiro para ministros, secretários de estado e mesmo primeiros-ministros. Entre os cerca de 1 700 trabalhadores, não faltam quadros qualificados para onde qualquer governo olha na altura do *cherry picking*, para funções em gabinetes, secretarias de Estado ou ministérios.

Pelo menos oito outros ministros das Finanças da democracia, além de Centeno, tinham carreira ou funções no banco central – como Cavaco Silva, João Sal-



gueiro, Manuela Ferreira Leite, Campos e Cunha ou Vítor Gaspar. Vítor Constâncio, Jacinto Nunes e Miguel Beza chegaram, além disso, a governadores, como agora faz Centeno. Cavaco Silva teve um percurso único – não tendo sido governador, depois da pasta das Finanças no governo de Sá Carneiro, foi primeiro-ministro e Presidente da República.

A par dos quadros qualificados, outra das funções mais destacadas do Banco de Portugal é a produção de conhecimento, o ponto em que ancoram as missões de aconselhamento ao governo e a contribuição para definir políticas nacionais. António Nogueira Leite vê, por isso, com bons olhos a vontade de Centeno de abrir a instituição à comunidade. “Porventura, está a pensar num papel mais ativo na formação de conhecimento na economia. Seria uma mudança importante. O Ban-

Área: 5530cm² / 123%

Foto: Titragem: 33.400

Cores: 4 Cores

ID: 6908927



Data: 01.08.2020

Título: Qual o papel do Banco de Portugal, agora dirigido por Centeno?

Pub: **Exame**

Tipo: Revista Especializada Mensal



Secção: Nacional

Pág: 1;54;55;56;57;58;59;

Sucessão

Centeno sucede a Carlos Costa, que esteve dez anos no cargo e com quem nem sempre teve uma relação fácil



caminho andado para conseguir influenciar as suas decisões. Fora isso, o foco dos bancos centrais nacionais deve estar, defende, nas funções de supervisão. Não só para garantir a estabilidade do sistema financeiro, proteger os contribuintes portugueses – “que são quem paga a conta no final” –, como para promover a inovação nos setores financeiros dos pagamentos ou da análise de risco. “Um banco central deve investir em quadros qualificados para a supervisão, para não sofrer de défice neste jogo do ‘gato e do rato’. Não tem de ser contrapoder, mas tem de ser independente. E deve ser uma voz respeitada no BCE e entre os governadores”, sintetiza, por seu lado, Bagão Félix.

E DEPOIS DA COVID-19?

Poderá a pandemia ou as suas sequelas levar os bancos centrais a inovações ou obrigar a induzir novas transformações nos bancos centrais nacionais, à semelhança do que fez a última crise económica? António Nogueira Leite vê pouca margem para sair dos caminhos definidos pelo BCE e acredita que ninguém terá a “veleidade” de apresentar soluções específicas fora do roteiro decidido em Frankfurt. No pós-pandemia, Ricardo Reis admite a incerteza, mas não afasta a possibilidade de grandes alterações, caso se verifiquem os cenários mais pessimistas. Tudo dependerá, a seu ver, de três fatores: do que vai acontecer aos preços, “que tanto podem disparar para a deflação ou para a inflação”; da forma como os governos vão lidar com o fardo da dívida pública que será herdada desta crise; e das estratégias do setor financeiro para absorver a dívida privada e as insolvências de empresas resultantes do confinamento. Se houver necessidade dessas novas mudanças, e se cumprirem as palavras do novo governador, o banco central ainda por cá estará: “O Banco de Portugal tem mais de 170 anos, é fundamental para a República, está ancorado nos tratados e na Constituição. E essas características são indestrutíveis.”

Será esse, talvez, um dos grandes desafios de Mário Centeno. Fazer o banco evoluir mas sabendo que este carrega – e terá de continuar a fazê-lo – o peso institucional de mais de um século de história e influência.📍

co de Portugal tem uma produção muito maior de estudos, análises, muitas vezes em investigação de ponta, do que o impacto que tem. Tem de a divulgar mais.” E até para proveito próprio. Ricardo Reis sugere que a capacidade de análise do banco em relação ao estado da economia do euro e das medidas de política monetária do BCE pode ajudar Portugal a liderar as discussões no conselho de governadores e a atitude interventiva prometida por Centeno. “Se os nossos recursos limitados não permitem que Portugal esteja à frente em todos os debates, então que se especialize em algumas áreas, por exemplo, o papel do balanço do banco central ou a transição digital”, concretiza.

Para o professor da London School of Economics, garantir que a evolução da economia portuguesa é bem compreendida junto do BCE e da zona euro é meio



O Dr. Mário Centeno tem um prestígio importante na Europa. Mas, no fim do dia, será sempre um governador importante de um banco central de um País fraco”

António Nogueira Leite
Economista, professor catedrático na Nova SBE

Área: 5530cm² / 123%

FOTO Titragem: 33.400

Cores: 4 Cores

ID: 6908927